



Editorial

A avaliação tem adquirido centralidade estratégica nas agendas políticas do contexto neoliberal contemporâneo. São avaliados tendências, expectativas, políticas, instituições, processos, produtos, desempenhos, matérias-primas, consumo e consumidores; ou seja, a intenção de avaliar tem se tornado quase onipresente, abrangendo as causas e os efeitos de fenômenos nos mais diversos âmbitos e contextos da existência.

No âmbito educacional — convertido num “quase-mercado”, via intensa privatização da educação, principalmente nas últimas décadas —, a avaliação tem assumido gradativamente um papel regulatório das condições de oferta da educação, sobretudo, dos resultados, do sistema, das instituições e das aprendizagens, com vistas à melhoria da qualidade educacional.

Entretanto, observa-se que, nos últimos anos, as avaliações em larga escala, tais como o Enade e o Enem, têm produzido uma distorção ou, melhor dizendo, um equívoco ao pretender avaliar sistema(s) e instituições via mensuração do desempenho dos estudantes. Evidencia-se, desse modo, um deslocamento dos pressupostos que configuram as concepções de avaliação da perspectiva formativa para a perspectiva classificatória, abrangendo as implicações das políticas e práticas no desempenho de sistemas, instituições, estudantes e na formação de professores.

Esse deslocamento tem gerado uma crescente responsabilização dos professores em relação aos resultados das avaliações e suscitado a crença de que a melhora dos índices do sistema educacional depende de melhorias na formação e intensificação da avaliação dos docentes.

Nesse contexto, o dossiê do número 44 da Revista Diálogo Educacional aborda essa temática, trazendo para a discussão relevantes estudos e análises de pesquisadores nacionais e internacionais que problematizam a avaliação em suas diversas manifestações.

Vale a pena destacar a pertinência do debate acerca da política de avaliação da educação brasileira prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei n. 9.394/96 —, visto que, no ano de 2014, completou-se uma década da aprovação da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. A referida lei instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. Essa temática, igualmente, integra o dossiê que ora apresentamos.

No primeiro artigo do dossiê, Isabel Voirol-Rubido, em “*Quelle évaluation pour quelle politique de formation continue em Suisse*” reflete sobre a política de formação continuada na Suíça. Com o emprego de uma metodologia de investigação qualitativa, coloca em evidência elementos de interpretação das decisões tomadas a respeito dessa política. Discute, também, a introdução de um novo artigo na Constituição Federal do país e a elaboração de uma nova lei federal que possibilitem integrar formalmente o segmento da formação continuada ao sistema de formação suíço. Como resultado, a pesquisa aponta para o papel subsidiário que cabe ao Estado suíço, assim como a valorização da responsabilidade individual no momento de se pensar uma política de formação continuada na Suíça e sua respectiva avaliação.

O segundo artigo, “Uso de dados de avaliações externas por redes municipais de educação paulistas”, é de lavra dos pesquisadores Sandra Zákia Sousa, Angela Maria Martins, Cláudia Oliveira Pimenta, Ione Ishii e Mauro Pedro dos Santos e apresenta os resultados de um estudo que teve como propósito explorar eventuais usos de resultados de avaliações externas na gestão das escolas de Educação Básica, em cinco redes municipais de educação do estado de São Paulo. Para tanto, por meio de questões elaboradas em escala Likert, foi identificada e analisada a visão de coordenadores pedagógicos do Ensino Fundamental sobre os usos dos resultados das avaliações externas no trabalho pedagógico, em especial na coordenação pedagógica e na atuação dos professores das

escolas vinculadas às respectivas coordenações. Os resultados indicaram uma crescente valorização das avaliações externas no desenvolvimento de práticas pedagógicas nas redes municipais de ensino estudadas.

Na linha de aprofundamento das políticas avaliativas da educação superior, a Conaes instituiu, nos cursos de graduação, o Núcleo Docente Estruturante, cuja concepção, limites e possibilidades são analisados no artigo “Avaliação da Educação Superior: limites e possibilidades do Núcleo Docente Estruturante”, de Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira e Sirley Terezinha Filipak. O estudo discute a percepção dos integrantes do NDE de cursos ofertados por uma universidade privada a respeito de sua atuação, destacando o Núcleo como responsável pelo acompanhamento e pela atualização do projeto pedagógico de tais cursos, com vistas à melhoria de sua qualidade.

A discussão sobre o impacto do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e do Índice de Desenvolvimento da Educação no Estado de São Paulo (Idesp) na formação continuada de professores é feita pelos professores Andréia da Cunha Malheiros Santana e José Carlos Rothen, na pesquisa de pós-doutorado intitulada “A avaliação externa das escolas e a formação continuada de professores: o caso paulista”. O estudo foi realizado em duas escolas que apresentaram desempenhos antagônicos no Idesp, e a conclusão foi a de que o modelo de formação continuada realizado com base nos resultados das provas visa ao treinamento dos professores, sem que seja promovido o diálogo entre as avaliações externas e internas.

O quinto artigo que compõe o dossiê, “Políticas de avaliação educacional e formação continuada de professores”, de Elis Regina dos Santos Viegas e Elisangela Alves da Silva Scaff, tem como objetivo contribuir para a análise da política de formação continuada de professores alfabetizadores dos anos iniciais do Ensino Fundamental, procurando apontar a relação dela com o caráter indutor das políticas de avaliação. Participaram da pesquisa gestores de escolas públicas, cujas considerações indicaram um fortalecimento da relação entre formação e avaliação,

a qual propõe um direcionamento das políticas que asseguram recursos materiais e financeiros para as escolas, mas, ao mesmo tempo, estabelece mecanismos de aferição da aplicação de tais recursos.

Considerando que o direito à educação de qualidade social é viabilizado por meio do estreito e permanente diálogo entre os pressupostos do currículo pós-crítico e da avaliação emancipatória, Ana Maria Eyng discute a relação entre políticas de currículo e avaliação em “Currículo e avaliação: duas faces da mesma moeda na garantia do direito à educação de qualidade social”. Os pressupostos mencionados estão perfilados entre os co-ndicionantes da garantia do direito à educação de qualidade social.

A proposta de avaliação de professores presente no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), programa de formação docente proposto pelo Ministério da Educação no início de 2013, é o tema do artigo elaborado por Magaly Quintana Pouzo Minatel, Sandra Mara Castro dos Santos e Sandra Regina Kirchner Guimarães, intitulado “Avaliação dos professores no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)”. O referencial de análise utilizado foi o de que a avaliação deve estar inserida em um processo de formação docente continuada, ou seja, a reflexão na ação. Documentos oficiais e materiais elaborados por universidades para formação continuada de professores foram explorados, buscando-se descrever como se processa a avaliação de professores no âmbito do Programa. As discussões estão centradas na constatação de que é prematuro prever qualquer relação entre a avaliação dos professores realizada pelo Pacto e a avaliação do desempenho dos alunos ao fim do ciclo de alfabetização.

No último dos artigos integrantes do dossiê, “Políticas de acesso à Educação Superior: por que avaliar?”, Maria Lourdes Gisi e Romilda Teodora Ens discutem sobre a importância da avaliação de políticas públicas e como se apresentam os estudos sobre essa temática na literatura contemporânea, investigando a avaliação das políticas de acesso ao Ensino Superior. Em teses e dissertações disponíveis no portal da Capes, relativas ao período de 2011 a 2012, procuraram identificar a frequência de trabalhos que se referem à avaliação das políticas de acesso à Educação

Superior. Ao se constatar que são poucos os estudos realizados que investigaram, especificamente, a avaliação de políticas públicas, o artigo aponta para um campo de pesquisa a ser explorado.

Além do dossiê, este número da Revista Diálogo Educacional expõe artigos de demanda contínua, os quais versam sobre temas relevantes de interesse à área educacional.

Em “Climas de formação: construção de um quadro conceitual adequado ao estudo da formação de profissionais na Educação Superior”, Leanete Thomas Dotta e Amélia Lopes propõem um quadro teórico-conceitual denominado climas de formação profissional, o qual fornece elementos para uma análise sistêmico-ecológica das complexidades inerentes aos processos formativos de profissionais na Educação Superior, independentemente de sua área de formação.

Ao abordar as diferenças como formas concretas da existência, rompendo com a dicotomia paradigmática do normal versus anormal, Luciana Pacheco Marques, Cristiane Elvira de Assis Oliveira e Sandrelena da Silva Monteiro apresentam o artigo “Os usos dos tempos no cotidiano escolar”.

Na sequência, o estudo “Precarização do trabalho: a funcionalidade da educação profissional”, de Ramon de Oliveira, analisa os modos de inserção da juventude brasileira no mercado de trabalho, com base em dados oficiais e na literatura sobre esse mercado e as políticas de juventude.

No artigo “Significados produzidos por professores e alunos envolvidos no programa Salas de Apoio à Aprendizagem no estado do Paraná”, Francismara Neves de Oliveira e Carlos Toscano discutem as significações do ensinar e do aprender produzidas por professores e alunos das salas de apoio à aprendizagem em duas escolas estaduais de Londrina (PR), buscando compreender o trabalho desenvolvido nesses espaços de atuação.

Dois documentos relevantes, para os quais chamamos atenção de nossos leitores, integram também esta edição da Diálogo Educacional.

O primeiro deles, “Os bastidores do Sinaes”, apresenta uma entrevista concedida pelo professor Dilvo Ilvo Ristoff — após sua saída da Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) —

a Gladys Beatriz Barreyro. Nessa entrevista são expostas as reflexões de Ristoff e registrados os diversos momentos do processo de construção e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), trazendo à tona seus principais atores, conflitos, tensões, além das discordâncias, visões e revisões. Por meio de sua leitura, é possível perceber as diferentes e, às vezes, conflitantes percepções sobre o processo avaliativo da Educação Superior brasileira.

O segundo documento, “Justesse et justice de l’action publique dans le champ scolaire. Enjeu d’échelles ou conflit de principes”, de autoria de Marc-Henry Soulet, da Université de Fribourg (Suisse), propicia novas indagações sobre a atuação pública na área educacional.

Agradecemos aos professores e pesquisadores por sua contribuição para que pudéssemos apresentar à comunidade acadêmica este número da Revista Diálogo Educacional sobre a temática das políticas de avaliação na formação de professores.

Desejamos que as reflexões e discussões dele constantes gerem um campo fértil para novos debates, ampliando e aprofundando os estudos sobre avaliação educacional.

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira
Ana Maria Eyang
Editoras